

0, 7, 7 39



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XX — Nº 118

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 1965

## CONGRESSO NACIONAL

### PRESIDÊNCIA

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 17 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

Veto presidencial parcial ao Projeto de Lei nº 2.636-B-65 na Câmara, nº 34-65 no Senado, que concede pensão aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados e dos empregados de sociedades de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional, e dá outras providências.

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula nº | Disposição a que se refere    |
|-----------|-------------------------------|
| 1         | § 2º do art. 1º (totalidade). |
| 2         | Art. 2º (totalidade).         |
| 3         | Art. 4º (totalidade).         |
| 4         | Art. 5º (totalidade).         |
| 5         | Art. 9º (totalidade).         |

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 18 de agosto de 1965, às 9 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

#### Vetos presidenciais:

1º — ao Projeto de Lei nº 3.364-B-61, na Câmara e nº 116-63, no Senado, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121 § 3º e 129, § 6º, do Código Penal (veto parcial);

2º — ao Projeto de Lei nº 2.703-B-65, na Câmara e nº 62-65, no Senado, que dispõe sobre isenção do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias cu equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou convênio com o Governo do Brasil, e dá outras providências (veto parcial);

3º — ao Projeto de Lei nº 4.137-62, na Câmara e nº 123-64 no Senado, que altera dispositivo do Decreto-lei nº 4.014, de 13 de janeiro de 1942, que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro (veto total).

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula nº     | Veto | Matéria a que se refere |
|---------------|------|-------------------------|
| Primeiro veto |      |                         |
| 1             | 1º   | Art. 1º (parte final).  |
| Segundo veto  |      |                         |
| 2             | 2º   | Arts. 1º e 2º.          |
| Terceiro veto |      |                         |
| 3             | 3º   | Totalidade do projeto.  |

#### SESSÃO CONJUNTA

Em 18 de agosto de 1965, às 21 horas e 30 minutos

#### ORDEM DO DIA

#### Vetos presidenciais:

1º — ao Projeto de Lei nº 1.108-C-63 na Câmara e nº 9-65 no Senado, que disciplina o pagamento das quotas dos impostos de renda e consumo devidas aos Municípios (veto total);

2º — ao Projeto de Lei nº 3.001-B-61 na Câmara e nº 35-63 no Senado, que estabelece condições mínimas de conforto aqueles que trabalham em estabelecimentos comerciais (veto parcial);

3º — ao Projeto de Lei nº 562-65 na Câmara e nº 220-56 no Senado, que dispõe sobre a legitimação adotiva (veto parcial).

#### ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

| Cédula nº     | Veto | Matéria a que se refere  |
|---------------|------|--|
| Primeiro veto |      |  |
| 1             | 1º   | Totalidade do projeto.   |
| Segundo veto  |      |  |
| 2             | 2º   | Do art. 1º as palavras:<br>“...pela autoridade competente, de primeira instância, do Departamento Nacional de Trabalho...” |
| Terceiro veto |      |  |
| 3             | 3º   | Do § 2º do art. 6º as palavras finais:<br>“...dêles não podendo ser fornecida certidão”.                                   |
| 4             | 3º   | Do parágrafo único do art. 8º as palavras iniciais:<br>“Em casos especiais...”   |
| 5             | 4º   | Do parágrafo único do art. 6º as palavras:<br>“...do menor...”   |
| 6             | 3º   | Do parágrafo único do art. 6º as palavras:<br>“...esclarecendo apenas a alteração do nome do menor”.                       |

#### Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados, nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso, 1, 2, 8, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965

AURO MOURA ANDRADE  
Presidente

#### VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965

Dia 17 de agosto às 21.30:

— ao Projeto de Lei nº 2.636-B-65 na Câmara e nº 34-65 no Senado, que concede pensão aos beneficiários dos Congressistas que tiveram seus mandatos cassados, dos servidores públicos e autárquicos e dos empregados de sociedades de economia mista demitidos em decorrência do Ato Institucional e dá outras providências (veto parcial);

Dia 18 de agosto, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.364-B-61 na Câmara e nº 116-63 no Senado, que modifica as normas processuais dos crimes previstos nos artigos 121, § 3º e 129, § 6º, do Código Penal (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.703-B-65 na Câmara e nº 62-65 no Senado, que isenta a Comissão Nacional de Alimentação, do Ministério da Saúde, do pagamento de emolumentos, taxas, pedágios, quotas e outras despesas que recaiam sobre mercadorias ou equipamentos, importados ou doados, mediante acordo ou conteúdo, com o Governo do Brasil (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 4.187-B-62 na Câmara e nº 123-64 no Senado, que acrescenta mais um parágrafo ao art. 17 do Decreto-lei número 4.014, de 13-1-1942, que regulamenta a profissão de ajudante de despachante aduaneiro (*veto total*).

Dia 18 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.103-C-63 na Câmara e nº 9-65 no Senado, que disciplina o pagamento de quotas dos impostos de renda e consumo devidas aos Municípios (*veto total*);
- ao Projeto de Lei nº 3.001-B-61 na Câmara e nº 35-62 no Senado, que estabelece condições mínimas de conforto aqueles que trabalham em estabelecimentos comerciais (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 562-E-55 na Câmara e nº 220-56 no Senado, que dispõe sobre a legitimação adotiva (*veto parcial*);

Dias 19 e 24 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.746-B-65 na Câmara e nº 116-65 no Senado, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (*veto parcial*);

Dia 25 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.956-65 na Câmara e nº 144-65 no Senado, que estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no art. 2º da Emenda Constitucional nº 14 (*veto parcial*);

Dia 26 de agosto, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.663-D-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 31 de agosto, às 21.30:

Dia 1º de setembro, às 9.30 e às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 22-64 (C.N.), que institui o Conselho Nacional de Transportes e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 2 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.753-D-65 na Câmara e nº 108-65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.736-B-65 na Câmara e nº 103-65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.493-B-65 na Câmara e nº 177-65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 8 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento (*veto parcial*);

Dia 9 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 1.857-C-60 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14-4-1960 (*veto parcial*);

Dia 9 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 928-58 na Câmara e nº 139-62 no Senado, que regula a profissão de Corretor de Seguros (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências (*veto total*);
- ao Projeto de Lei nº 362-B-64 na Câmara e nº 279-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais (*veto parcial*);

Dia 14 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.287-B-60 na Câmara e nº 7-64 no Senado, que cria uma Escola de Educação Agrícola no Município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais (*veto total*);
- ao Projeto de Lei nº 2.594-D-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que complementa a Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.707-B-65 na Câmara e nº 73-65 no Senado, que dá nova redação ao § 2º e acrescenta mais um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares) — *veto parcial*;

Dia 15 de setembro, às 9.30:

- ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.) que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos e dá outras providências (*veto parcial*);

## EXPEDIENTE

### DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

### ASSINATURAS

#### REPARTIÇÕES E PARTICULARES

| Capital e Interior |           |
|--------------------|-----------|
| Semestre .....     | Cr\$ 50,  |
| Ano .....          | Cr\$ 96,  |
| Exterior           |           |
| Ano .....          | Cr\$ 108, |

#### FUNCIONARIOS

| Capital e Interior |           |
|--------------------|-----------|
| Semestre .....     | Cr\$ 39,  |
| Ano .....          | Cr\$ 76,  |
| Exterior           |           |
| Ano .....          | Cr\$ 108, |

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementes às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Dia 15 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.740-E-65 na Câmara e nº 82-65 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 46-65 no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos mediante doação, pelas instituições que se dedicam sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (*veto parcial*);
- ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-65 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências (*veto parcial*);

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 3.291-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e dá outras providências (*veto parcial*).

## SENADO FEDERAL

ATA DA 118ª SESSÃO, EM 16 DE AGOSTO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GETÚLIO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Oscar Passos.  
Manoel Dias.  
Menezes Pimentel.  
Wilson Gonçalves.  
Silvestre Péricles.  
Heribaldo Vieira.  
Aloysio de Carvalho.  
Josaphat Marinho.  
Paulo Barros.  
Aurélio Vianna.  
Benedicto Valladares.  
Jose Feliciano.  
Guido Mondin.  
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Senhores Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

### EXPEDIENTE

#### RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

— Do Sr. Ministro das Minas e Energia, de 13 do mês em curso:

Aviso nº 184-65 — com referência ao Requerimento nº 428-65, do Senhor Senador Dylton Costa;

Aviso nº 190-65 — com referência ao Requerimento nº 508-65, do Senhor Senador José Ermirio de Moraes.

### Agradecimentos de comunicações referentes à promulgação de Resoluções que suspendem a execução de leis estaduais:

Ofício nº 205 de 24 de junho do Sr. Governador de São Paulo, com referência à Resolução nº 54, de 1955;

Ofício nº 961, de 3 de junho, do Sr. Governador de Santa Catarina, com referência à Resolução nº 42-65.

Telegrama, de 2 de julho, do Sindicato da Indústria de Construção Civil de Grandes Estruturas, de São Paulo — Solicita a rejeição do Projeto de Lei que regula a profissão de técnico de administração.

## PARECERES

### PARECER

Nº 989, de 1965

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1963 (nº 138-A-13, na Casa de origem).

Relator: Sr. Heribaldo Vieira.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1963 (nº 138-A, na Casa de origem), que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Parágrafo 6º do art. 50 da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 21 de junho de 1961.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1965. — Josephat Marinho, Presidente. — Heribaldo Vieira, Relator. — Lobão da Silveira.

### ANEXO AO PARECER Nº 939, DE 1965

Referência final do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1963 (número 138-A, de 1963, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 60, nº 1, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1965

Aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Parágrafo 6º do art. 50 da Convenção Internacional, assinado em Montreal, a 21 de junho de 1961.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo de Emenda ao Parágrafo 6º do art. 50 da Convenção de Aviação Civil Internacional, assinado em Montreal, a 21 de junho de 1961.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECER

Nº 990, de 1965

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1965.

Relator: Sr. Lobão da Silveira.

A Comissão apresenta a redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1965, que altera o Decreto-lei nº 7.631, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), estabelecendo normas sobre o crédito de relação de empréstimo autorizativo do pedido de falência e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1965. — Josephat Marinho, Presidente. — Lobão da Silveira, Relator. — Heribaldo Vieira.

### ANEXO AO PARECER Nº 990 DE 1965

Redação do vencido, para segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1965, que altera o Decreto-lei nº 7.631, de 21 de junho de 1945 (Lei de Falências), estabelecendo normas sobre o crédito de relação de empréstimo autorizativo do pedido de falência, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ao art. 9º do Decreto-lei nº 7.631, de 21 de junho de 1945, Lei de Falências, são acrescidos os seguintes parágrafos:

“Art. 9º .....

§ 1º Equipara-se ao título de crédito ainda não vencido, mas autorizativo do requerimento de falência referido no inciso III, a decisão final e de mérito de primeira instância, na Justiça do Trabalho, desde que sobre ela não esteja pendente a interposição do recurso ordinário.

§ 2º Para elidir a falência, na hipótese do parágrafo anterior, a garantia prestada na execução ou a interposição do recurso na Justiça do Trabalho não supre o depósito previsto no parágrafo segundo do art. 11 da presente lei.”

Art. 2º O caput do art. 260 do Decreto-lei nº 7.631, de 21 de junho de 1945, Lei de Falências, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 260. A falência cujo passivo for inferior a Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzados) será processada sumariamente na forma da disposição nos parágrafos seguintes:”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PARECERES

Ns. 991 e 992 de 1965

PARECER Nº 991, DE 1965

Da Comissão de Educação e Cultura, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1965, (nº 2.497-B-65, na Câmara), que isenta de todos os impostos e taxas federais a Fundação Bical de São Paulo.

Relator: Sr. Mein de Sá

O Deputado Maurício Gaudart apresentou o presente projeto de lei visando a dar isenção de todos os impostos e taxas federais, exceto a de Previdência Social, à Fundação Bical de São Paulo, sociedade civil, sem finalidades lucrativas, bem como a todos os bens e direitos de que seja titular esta entidade.

A referida Fundação antecedeu, por sua atividade em prol da pintura e da escultura, benemerência por todos proclamada. As exposições de artes plásticas, que realiza na capital paulista desde 1931, de dois em dois anos, sem interrupção, grangearam conceito e reputação internacionais, sendo, fora de qualquer dúvida, as mais importantes e prestigiadas da América Latina.

Luta como acontece com todas as organizações de sentido puramente cultural ou artístico, sem objetivos de lucro, com muitas dificuldades, só vencidas graças à tenacidade e dedicação de um pequeno núcleo de dirigentes. Sua última exposição, em 1963, reuniu participantes de 53 países, constituindo um recorde que faz lembrar as mais famosas exposições europeias. Findo, no momento, preparado a etapa do ano corrente enfrenta percalços financeiros difíceis de superar.

De lembrar, é que uma organização do mesmo tipo e finalidade, na Argentina, começa a prosperar e a projetar-se, disputando a primazia com a entidade brasileira.

Assim sendo, do ponto de vista da cultura e da arte, de que cabe falar esta Comissão, o projeto só erpônios merce, devendo ser aprovado.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1965. — Mendes Pimentel, Presidente. — Mein de Sá, Relator. — Sigefredo Pacheco. — Fernando Levi.

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 126, de 1965 (nº 2.497-B-65, na Câmara), que isenta de todos os impostos e taxas federais a Fundação Bical de São Paulo.

Relator: S. Mano de Matos.

O projeto em exame, de autoria do Deputado Maurício Gaudart, isenta de todos os impostos e taxas federais a Fundação Bical de São Paulo.

Apreendendo o “do ponto de vista da cultura e da arte” declarou a douta Comissão de Educação e Cultura do Senado que “o projeto só erpônios merce, devendo ser aprovado”.

Iniciada em 1951, dois anos após a criação do Museu de Arte Moderna de São Paulo, a Fundação representa um movimento internacional de artes plásticas dos mais prestigiados através de suas já famosas exposições de pinturas, escultura, desenho e gravura.

Como se sabe, esta entidade artística é organização de caráter permanente, com estatutos próprios e funcionamento constante, mantendo através de seus coleções, o necessário contato com todas as nações que biennalmente dela participam, e que já somam mais de cinco dezenas, inclusive países da Oceania.

De dois em dois anos a atenção do mundo artístico volta-se para São Paulo, obtendo as suas Bienais crescentes êxitos culturais.

O número de países que já compareceram às mostras internacionais de arte e Bical de 1961, no total de 54, a quantidade de obras expostas que já ultrapassa a casa de 18.000 e a afluência sempre crescente de artistas e de público atestam o êxito desse importante empreendimento artístico do Brasil, o qual já é considerado hoje, como uma das iniciativas culturais mais expressivas de todo o mundo.

A proposição encontra apoio no texto da Constituição Federal, que preceitua ser dever do Estado o império à cultura (art. 174), devendo as obras e documentos de valor artístico ficar sob a proteção do poder público. (art. 175)

A cultura artística de um povo não pode ser mais considerada como um bem acessório, mas como uma condição indispensável para que cada cidadão possa exercer, em toda a plenitude, suas aspirações culturais dentro da coletividade, sendo mesmo encarado, hoje, o direito à educação em suas diversas formas como uma exigência de justiça social.

Foi assim entendendo que o Egrégio Conselho Federal de Educação houve por bem organizar um Seminário visando a regulamentar o artigo 107 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que estabelece que “o poder público estimulará a colaboração mútua em favor das fundações e instituições culturais e educacionais de qualquer espécie, grupo ou nível, com finalidades lucrativas e facultará aos contribuintes do imposto de renda a dedução dos auxílios ou doações comprovadamente feitas a tais entidades”.

Orá, a Fundação Bical de São Paulo é uma organização que só objetiva fins culturais e artísticos sem quaisquer finalidades lucrativas.

A proposição comportaria emenda para substituição da taxa de Previdência Social por taxa de despacho aduaneiro, visto que a Lei nº 3.224 de 14-8-57, extinguiu a primeira das taxas referidas e criou a segunda.

Todavia, a fim de evitar-se a volta do projeto à Câmara dos Deputados o que retardaria desnecessariamente a sua transformação em lei, sugiro seja tal modificação feita na Comissão de Redação, uma vez que a exclusão da isenção prevista alcançará a taxa de despacho aduaneiro, porque a mencionada lei nº 3.224-57 substitui nela, a taxa da Previdência Social.

Proporho, portanto, a Comissão de Finanças, a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 126-65.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1965. — Pessoa de Queiroz, Presidente. — Mano de Matos, Relator. — Lobão da Silveira. — José Amato. — Wilson Gonçalves. — Mendes Pimentel. — Daniel de Mello. — Sigefredo Pacheco. — Mein de Sá.

## PARECERES

Ns. 993 e 994, de 1965

PARECER Nº 993, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1965, que altera o registro do contrato de empréstimo celebrado entre a União e o Governo do Estado do Pará, no valor de Cr\$ 500.000.000.

Relator: Sr. Heribaldo Vieira

Em 22 de maio de 1963 a União, por meio do ministro, celebrou com o Estado do Pará contrato de empréstimo no valor de Cr\$ 500.000.000, sob o nº 1.331, de 12 de dezembro de 1961 e no Decreto nº 45.264, de 15 de janeiro de 1963, mediante anulação de recursos provenientes de contratos de “Leas do Tesouro”, a ser liquidados pelo montante em cinco parcelas anuais, sendo como garantia “Leas do Tesouro” existentes, no montante de Cr\$ 500.000.000, depositadas no Banco do Brasil S.A.

O Tribunal de Contas da União rejeitou o registro do contrato, sob o fundamento de que não foi apresentado pelo Estado do Pará o plano de aplicação do empréstimo aprovado pelo Poder Legislativo, conforme exigência do artigo 66 da Lei nº 4.068, de 11 de junho de 1962, que revogou o § 2º do artigo 3º da Lei nº 3.331, de 12 de dezembro de 1961, que dispôs na referida formalidade.

O registro foi recusado a despeito de pareceres favoráveis da 2ª Diretoria de Fiscalização Financeira do Tribunal, do Chefe dessa Repartição e do Sr. Procurador e o voto do Sr. Ministro Relator.

Entretanto, bem examinado o processo, verificamos que, em ofício datado de 15 de fevereiro de 1964, o Governador do Estado do Pará formalizou o pedido de empréstimo ao Estado, que o mesmo seria apoiado no pagamento do funcionalismo e de fornecedores, em obras públicas e em outras despesas governamentais, para cujo atendimento a receita tributária se revelava insuficiente.

Constatamos, também, de cópia fotostática do Diário Oficial do Estado do Pará que, pela Lei nº 2.386, de 30 de novembro de 1961, que extinguiu a receita e taxa a despeito do Estado, para o exercício de 1961, lei esta que foi prorrogada, para o exercício de 1962, de acordo com o art. 32 da Constituição paranaense, que o “dificult” comportaria de Cr\$ 781.857.872 e que o artigo 4º da mencionada Lei nº 2.386, assim determinava:

“Art. 4º Fica o Poder Executivo expressamente autorizado a realizar operação de crédito e emitir “Leas do Tesouro”, por anti-

pagão da Receita, até o limite de Cr\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de cruzeiros) e, para cobertura do "deficit" previsto, operações de crédito até o máximo de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros).

§ 1º As operações de crédito poderão ser efetuadas dentro ou fora do País, com observância do disposto no limite do art. 63 da Constituição Federal, quando se tratar de empréstimo externo.

Dêse exame, concluímos pela existência de um plano de aplicação dos recursos provenientes do empréstimo, qual seja a cobertura do "deficit" orçamentário do Estado, com pagamento do funcionalismo, de fornecedores, obras públicas e outras despesas, para cujo atendimento se apresenta insuficiente a receita tributária. E, ainda, que esse plano, constante da exposição de motivos apresentada pelo Governador do Estado, ao Sr. Ministro da Fazenda quando pleiteou o empréstimo, foi aprovado e autorizado pelo Legislativo paraense, na Lei número 2.396, de 30 de novembro de 1961, prorrogada pelo Decreto número 4.114, de 30 de dezembro de 1963.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo da Câmara, que manda o Tribunal de Contas registrar o contrato de empréstimo celebrado entre a União e o Governo do Estado do Pará no valor de Cr\$ 300.000.000, na conformidade do art. 77, III, § 1º da Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 7 de julho de 1965. — *Wilson Gonçalves*, Presidente — *Heribaldo Vieira*, Relator — *Jefferson de Aguiar* — *Menezes Fimentel* — *Antônio Balbino* — *Edmundo Levi*.

#### PARECER Nº 994, DE 1965

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 17, de 1965 (nº 118-A, de 1965, na Câmara) que determina o registro do contrato de empréstimo celebrado entre a União e o Governo do Estado do Pará, no valor de Cr\$ 300.000.000.

Relator: Sr. Lino de Mattos

O Egrégio Tribunal de Contas, chamado a opinar sobre contrato de empréstimo celebrado entre a União e o Governo do Estado do Pará, com recursos provenientes da colocação de "Letras do Tesouro", resolveu, preliminarmente, negar registro ao mesmo, sob o fundamento de inexistir Plano de Aplicação, a ser elaborado pelo Poder Legislativo, consoante provisão expressa da Lei 4.069, de 11 de junho de 1962.

O processado em questão foi encaminhado à Câmara, nos termos da Constituição Federal e ali distribuído à Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas a qual considerando irrelevantes os fundamentos da Colenda Decisão referida, concluiu pelo registro do contrato em tela, apresentando com este escopo, Projeto de Decreto Legislativo que logrou prevalecer naquela Casa, aprovado que foi em Plenário.

No Senado foi a proposição despachada às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Naquela órgão técnico, recebeu parecer favorável do Senado Heribaldo Vieira, de cujo douto pronunciamento nos permitimos ressaltar o seguinte trecho:

"Constatamos, também, de cópia fotostática do Diário Oficial do Estado do Pará, que, pela Lei nº 2.396, de 30 de novembro de 1961, que estima a receita e fixa a despesa do Estado, para o exercício de 1962, lei esta que foi prorrogada, para o exercício de 1963, de acordo com o art. 32 da Constituição paraense, que o "deficit" orçamentário é de Cr\$ 781.857.872

e que o artigo 4º da mencionada Lei nº 2.396, assim determina:

"Art. 4º Fica o Poder Executivo expressamente autorizado a realizar operação de crédito e emitir "Letras do Tesouro", por antecipação da Receita, até o limite de Cr\$ 1.000.000.000 (hum bilhão de cruzeiros), e, para cobertura do "Deficit" previsto, operações de crédito até o máximo de Cr\$ 500.000.000 (quinhentos milhões de cruzeiros).

"1º As operações de crédito poderão ser efetuadas dentro ou fora do País, com observância do disposto no limite do art. 63 da Constituição Federal, quando se tratar de empréstimo externo".

Sendo a presente matéria vezes sem conta objeto de decisão do Congresso, tivemos a cautela de verificar os casos anteriores a fim de guardar a coerência devida. Constatamos, então, que existe jurisprudência copiosa no sentido de confirmar a denegação de registro àqueles empréstimos.

Assim é que, compulsando os Projetos de Decreto Legislativo naquele sentido, podemos mencionar, além do Projeto nº 64, de 1964, também entre a União e o Estado do Pará, versando a mesma modalidade de empréstimo, no qual manteve o Congresso decisão denegatória do Tribunal, os seguintes:

Nº 60, de 1964, pareceres 887 e 888, de 1964;

Nº 64, de 1964, pareceres 609 e 610, de 1964;

Nº 65, de 1964, pareceres 620 e 621, de 1964;

Nº 67, de 1964, pareceres 835 e 836, de 1964;

Nº 74, de 1964, pareceres 837 e 838, de 1964;

Nº 78, de 1964, pareceres 996 e 997, de 1964;

Nº 81, de 1964, pareceres 1.115 e 1.116-84;

Nº 84, de 1964, pareceres 1.339 e 1.340-64;

Nº 153, de 1964, pareceres 213 e 214, de 1965.

Ante o exposto, a Comissão, proclamando embora o acatamento que lhe merecem os pareceres a que fez menção, não pode, por uma questão de congruência com as decisões procedentes, dar seu plácito ao presente projeto.

Votamos, assim, pela denegação do vindicado registro, nos termos da Excelsa Decisão da Corte de Contas, apresentando com este escopo o seguinte substitutivo:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Mantém o ato do Tribunal de Contas da União que recusou registro ao contrato de empréstimos no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros) entre a União e o Governo do Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas da União denegatório de registro do contrato de empréstimo no valor de Cr\$ 300.000.000 (trezentos milhões de cruzeiros), celebrado entre a União Federal e Governo do Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1965. — *Pessoa de Queiroz*, Presidente — *Lino de Mattos*, Relator — *Lobão da Silveira* — *José Ermírio* — *Wilson Gonçalves* — *Menezes Fimentel* — *Daniel Krieger* — *Siciliano* — *Antônio Balbino* — *Mem de Sá*.

#### PARECERES

#### Nº. 995, 996 e 997, de 1965

##### FARECER Nº 995, DE 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 5 de 1965 (nº 206-A de 1964, na Câmara), que aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional por quem não seja transportador contratual".

Relator: Sr. Senador Ruy Carneiro. O projeto de Decreto Legislativo número 5, de 1965, ora submetido à nossa apreciação, aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, efetuado por quem não seja transportador contratual".

O transporte aéreo internacional de passageiros e mercadorias foi regulamentado juridicamente pela Convenção de Varsóvia, de 1929, e pelo Protocolo de Haia de 1955, que a emendou.

Com o crescimento da aviação comercial, surgiram, entretanto, situações não previstas naquelas Convenções, entre elas a utilização, pelo transportador, de aeronaves de terceiro que não é parte no contrato. No transporte assim efetuado, o transportador de fato não se torna responsável ante o passageiro ou o expedidor de mercadoria por força de vínculo contratual, pois deste não faz parte.

A Convenção de Guadalajara, México, de 1961, complementar à de Varsóvia, veio precisamente obviar lacuna relativa àquela modalidade de transporte aéreo internacional, codificando as regras a ele pertinentes.

A Comissão, ante o exposto, nada tem a opor do ponto de vista jurídico-constitucional à presente proposição.

É o parecer. Sala das Comissões, em 7 de abril de 1965. — *Aloysio de Carvalho*, Presidente — *Ruy Carneiro*, Relator. — *Heribaldo Vieira* — *Antônio Balbino* — *Josaphat Marinho* — *Argemiro de Figueiredo* — *Jefferson de Aguiar*.

##### PARECER Nº 996, DE 1965

Da Comissão de Relações Exteriores, sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1965 (P.D.L. nº 206-A, de 1964, na Câmara), que aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual".

Relator: Sr. Menezes Pimentel.

O Projeto de Decreto Legislativo número 5 de 1965 aprova a Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, efetuado por quem não seja transportador contratual.

A exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores informa que o Brasil é signatário de duas Convenções regulamentando a matéria, mas nenhuma delas regulou algum aspecto do transporte aéreo que surgiram com o correr do tempo, como utilização, pelo transportador de aeronaves de terceiros, mediante locação ou fretamento. Nesse caso, o transporte contratado por um transportador com o passageiro ou com o expedidor é executado, no todo ou em parte, por outro transportador que não é parte deste contrato.

A presente Convenção vem preencher essa lacuna razão porque deve

ser aprovado o Projeto de Decreto Legislativo, ora em exame.

Sala das Reuniões, em 19 de maio de 1965. — *Benedicto Valadares*, Presidente — *Menezes Pimentel*, Relator. — *Pessoa de Queiroz* — *Antônio Carlos* — *Aarão Steinbruch* — *Fillinto Müller*.

##### PARECER Nº 997 DE 1965

Da Comissão de Transporte

a Comissão de Transportes sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 5, de 1965 (Projeto de Decreto Legislativo número 206-A, de 1964, na Câmara), que aprova a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, efetuado por quem não seja transportador contratual".

Relator Sr. José Leite.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à aprovação do Congresso a "Convenção Complementar da Convenção de Varsóvia para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional efetuado por quem não seja transportador contratual" assinada em Guadalajara (México) a 18 de setembro de 1961, por ocasião da Conferência Internacional de Direito Privado Aeronáutico.

A Convenção de Varsóvia, de 1921, e o Protocolo de Haia, de 1955, que a emenda, não previram a hipótese do transporte feito por quem não é parte no contrato de transporte com o passageiro ou o expedidor das mercadorias. Neste caso quem faz o transporte não se torna responsável perante o passageiro ou o expedidor da mercadoria pois não é parte no contrato de transporte. Verificou-se, pois a necessidade de sanar a falha. Para tanto o Comitê Jurídico da Organização da Aviação Civil Internacional, elaborou em sua sessão de Montreal, em 1955, um projeto de Convenção, que foi discutido e aprovado na Conferência de Guadalajara, em 15 de setembro de 1961, sendo o Brasil um dos signatários.

A Comissão de Transporte, ante o exposto, opina pela aprovação do Projeto de Decretos Legislativos, ora em exame.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1965. — *Mello Braga*, Presidente — *José Leite*, Relator. — *Eugênio Barros*.

#### O SR. PRESIDENTE:

(*Guido Mondin*) — O expediente vai à publicação.

Há oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Paulo Barros.

#### O SR. PAULO BARROS:

(*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, Senhores Senadores: Cumprindo a honrosa missão de que fui incumbido pela Mesa desta Casa, retorno hoje do Estado do Espírito Santo, da cidade de Alegre que, entre festas e sorrisos, comemorou mais uma data de sua emancipação política.

Com a presença do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado — Dr. Francisco Lacerda de Aguiar —, das figuras mais representativas de seu Secretariado, participamos da euforia daquele valoroso povo, que estreitava entre abraços e lágrimas de emoção, os filhos ausentes que chegavam.

Município dos mais importantes do sul do Estado, alicerçando a sua economia e a sua grandeza através da agricultura, onde sobressai o café, e da pecuária, muito tem contribuído para a prosperidade do Espírito Santo, apesar do abandono a que tem sido relegado pela República.



Mas, Senhor Presidente, se lá encontramos alegria, sorrisos, como consequência das festividades que se realizavam, também encontramos angústia e preocupações para com o seu futuro. De fato, se Alegre é um município essencialmente rural, deve olhar e atentar para a industrialização rural dos bens que produz nos campos, a fim de possibilitar dias melhores aos seus filhos; todavia, a dificuldade assenta no aumento de seu parque energético, por demais incipiente para aplicação no campo industrial.

A nossa grande esperança, a grande esperança de nossa gente, estava no aperfeiçoamento do que oferece a Cachoeira da Fumaça. Os trabalhos de abertura de estrada, levantamento topográfico e outras medidas já estavam em curso, o que possibilitaria um total de mais de 10 mil quilowatts para a região, contra os 700 quilowatts que hoje possui, quando foi ordenada a paralisação daquelas obras. Não precisamos dizer do desencanto dos que lá moram e trabalham de sol a sol; não entendemos os motivos de ordem técnica, ou financeira, que pudessem justificar o não aproveitamento daquela Cachoeira, que iria beneficiar a mais de 200.000 capixabas, ampliando a sua capacidade extraordinária de trabalho e produção. Infelizmente, não está havendo forças que possam sensibilizar os responsáveis por tal iniciativa, sensibilidade esta que pudessem promover um restudo, com o reinício daquelas obras.

Mas, Senhor Presidente e nobres Senadores, o Povo de Alegre, sob as bênçãos de sua Padroeira, da Virgem Nossa Senhora da Penha, espera confiante em sua hora de redenção; eis por que, ontem, as ruas de minha cidade, encheram-se de orações e de atitudes penitentes com toda a população em marcha, com os lábios murmurando preces, rendendo graças ao Senhor pelas bênçãos que tem concedido a Seus filhos.

Trago a mensagem de minha gente, das autoridades de minha terra, ao Senado Federal pela lembrança que leve de se fazer representar em sua data magna, honra que muito envideceu a todos.

Que a Virgem da Penha cubra de bênçãos esta Casa, guiando-a sempre no caminho difícil da luta que trava em prol do Brasil, deste Brasil que nós acreditamos como símbolo do Amor, da Paz e da Fraternidade. (Muito bem! Muito bem!)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Oscar Passos.

#### O SR. OSCAR PASSOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, regresso há poucos dias do Estado do Acre, onde estive, durante um mês, em companhia de alguns colegas de representação em visita a todos os seus municípios.

Trago dessa visita a mais dolorosa impressão, consequência do descabimento da administração atual, do malbarato das verbas na construção de obras santuárias, de uso do governador, da perseguição política indiscriminada e até mesmo do desrespeito ao Poder Legislativo estadual.

Do assunto darei conhecimento à Casa e sobre ele tecerei considerações em outra oportunidade, quando apresentarei dados completos comprobatórios do que afirmo.

Hoje, quero ocupar a atenção dos meus nobres pares para um assunto eminentemente pessoal, e a isto sou levado pelo dever que tenho de fazer respeitar o meu próprio nome e de zelar pelo decore desta Casa.

Após regressar do Estado do Acre encontrei, entre os recortes do "Lux Journal", um da "Tribuna da Imprensa", de 27 de julho último, que publicava uma notícia sob o título "Acre: Governador acusa Senadores de agitar o Estado."

Nessa notícia se lê o seguinte:

#### ACRE: GOVERNADOR ACUSA SENADORES DE AGITAR ESTADO

O governador Pedreira de Cerqueira ao regressar esta manhã para o Acre, responsabilizou os senadores Oscar Passos e Adalberto Sena pelas sucessivas crises políticas no Estado, acentuando que "neste momento esses parlamentares encontram-se em Rio Branco procurando atrair a Assembleia Legislativa com o Governo lançando, inclusive, o Tribunal de Justiça contra esses dois Poderes".

Já alertei o Conselho de Segurança, Serviço de Informações e o Ministro da Justiça contra a campanha que esses parlamentares desonestos sustentam no Estado desde o advento da Revolução, e não é sem esforço que o Governo mantém-se equidistante das polémicas surgidas, onde até a honorabilidade de pessoas é posta em dúvida pelos aludidos senadores e seus adpetos", assinalou o governador.

Revelou o governador Edgard Pedreira de Cerqueira que a Constituição do Estado "emendada para fins políticos", prevê que o chefe do Executivo não pode ausentar-se, sem antes perder as prerrogativas do posto. Explicou que, como se viaja para fora do Estado, quando assim os interesses da Administração estão a reclamar, fez um ofício à presidência da Assembleia dando a interpretação jurídica daquele dispositivo constitucional, e deixando entendido que somente quando se ausentar para trato de interesses particulares ou no prazo superior a 30 dias, e que se sentirá obrigado a transmitir o cargo a seu substituto legal.

O governador acreano esclareceu que apesar desses entendimentos, toda vez que em necessidade de se ausentar do Estado, surtem crises políticas e pendência entre os Poderes constituídos no Acre. "E, o que é pior — enfatizou o governador — essa pendência é alimentada e insuflada por parlamentares desonestos, que vê, assim, uma maneira hábil de tirar proveito político. Felizmente, são crises sem substância e sem qualquer efeito na vida administrativa do Estado.

Senhor Presidente, repetindo, ocupo esta tribuna cumprindo o dever indeclinável de zelar pelo acatamento ao meu nome, pelo decore desta Casa e, também, porque nessa notícia está envolvido um companheiro nosso de representação, que merece todo nosso apreço e consideração, o Senador Adalberto Sena. Conheço S. Ex.<sup>a</sup> há mais de quinze anos e sobre sua honestidade e conduta ninguém é capaz de atirar a primeira pedra. Administrador probó, governou o Estado do Acre, então Território, algumas vezes, sem que jamais se lhe pudesse acusar de nenhum deslize. Durante suas administrações até os próprios companheiros reclamavam que não eram atendidos, politicamente, como esperavam.

Por tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Senadores, não podia deixar que tal maldade, tal insinuação insultuosa passasse em julgado sem o meu veemente revide.

Para bem situar as responsabilidades sobre o artigo, entendi de passar um telegrama ao Capitão Edgard Cerqueira, Governador do Estado, nos seguintes termos e datado de 16 de agosto de 1965:

#### CONGRESSISTA — URGENTE

Capitão Edgard Cerqueira — Governador Estado

Rio Branco — Acre  
10-8-65

Tendo o jornal Tribuna da Imprensa do Rio, edição de 27 de julho último, publicado declarações suas sob o título: Acre: Governador acusa senadores de agitar o Estado, nas quais constam referências que considero ofensivas e insultuosas à minha pessoa e a Sr. Senador Adalberto Sena, tachados de "Parlamentares desonestos", solicito informar com possível urgência se confirma tais expressões. Senador Oscar Passos.

Em resposta a esse telegrama, dois dias depois recebi o seguinte rádio, do Estado do Acre:

"Em resposta ao telegrama de V. Ex.<sup>a</sup> de 10-8-65, o Sr. Governador incumbiu-me informar-lhe de que está surpreso com o fato da entrevista a Tribuna da Imprensa, que não concedeu e nem autorizou conceder, bem como os termos do telegrama referido. Incumbiu-me, também, informar a V. Ex.<sup>a</sup> que mandou apurar a procedência e a responsabilidade da entrevista mencionada".

Nesse telegrama, Sr. Presidente, o Governador do Acre nos promete informações sobre a procedência e a responsabilidade da entrevista publicada na "Tribuna da Imprensa". Aguardamos essas informações para bem apreciarmos o episódio e os atores que nele trabalharam.

De minha parte, com a resposta que acabo de ler, considero encerrado o incidente e dou-me por satisfeito.

Era o que eu queria declarar ao Senado. (Muito bem.)

#### O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o Sr. Senador Mem de Sá, por permuta de inscrição com o Sr. Senador Aurélio Viana.

#### O SR. MEM DE SÁ:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, completa hoje 64 anos de idade o General Osvaldo Cordeiro de Farias.

Em consequência, por força de lei, sai ele do serviço ativo do Exército e, na Reserva, passa a ser Marechal.

Seus amigos, em ambas as Casas do Congresso, entenderam de seu dever registrar, nesta oportunidade, o reconhecimento e a homenagem que são devidos a um homem que tão altos e relevantes serviços tem prestado e continua prestando ao país.

O simples arrolamento dos dados da vida militar, da vida revolucionária e da vida civil do General Osvaldo Cordeiro de Farias são suficientes para bem realçar-lhe o mérito excepcional. Nascido no meu Estado natal, em Jaguarão, onde servia o pai Coronel do Exército, concluiu o Curso da Escola Militar com dezito anos de idade e fez, no Exército Brasileiro, uma das mais rápidas e brilhantes carreiras, como a sucessão dos dados que vou ler bem demonstra: Segundo-Tenente, em 1920, Primeiro-Tenente, em 1921; Capitão, em 1925; Major, em 1931; Tenente-Coronel, em 1933; Coronel, em 1937; General-de-Brigada, em 1942, contando apenas quarenta e um anos e sendo, então, o mais jovem oficial general das Forças Armadas; General-de-Divisão, em 1946 e, por fim, General-de-Exército, em 1952.

Graças a esta ascensão, em que todas as promoções, depois de Capitão, foram alcançadas pelo critério do merecimento, ele é um dos oficiais que por mais longo tempo fica-

ram na ativa nesta classificação: durante 24 anos foi General das Forças Armadas.

Realizou todos os cursos militares existentes no Brasil: o Curso de Observador Aéreo, na antiga Escola de Aviação Militar, quando os aviões constituíam, ainda, pouco menos que uma temeridade; fez o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na antiga Escola de Armas, em primeiro lugar; o Curso de Estado Maior do Exército, também em primeiro lugar; o Curso da Escola Superior de Guerra e, por fim, teve um estágio na Escola de Estado Maior do Exército Americano.

Nas Forças Armadas, exerceu ele, ainda, altas missões, mas, sobretudo, é de se ressaltar a honra que lhe cabe de ter sido o idealizador, o organizador e o criador da Escola Superior de Guerra, de que foi o primeiro Comandante, de 1949 a 1952, Escola que, até hoje, constitui um dos melhores centros de cultura do País, dando abrigo, em seus cursos, não apenas a militares, mas também a civis, inclusive parlamentares.

Foi também comandante da Zona Militar Norte, de 1949 a 1952 e Presidente da Comissão Militar Militar Brasil-Estados Unidos, de 1958 a 1961, e Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, no ano de 1961. Mas na sua carreira militar o ponto mais alto foi, sem dúvida, o de organizador e comandante da Artilharia Divisória da Força Expedicionária Brasileira que lutou nos campos da Itália, cobrindo o Brasil de glórias. Ele, ao lado dos outros oficiais generais, mereceu então os mais altos elogios das autoridades superiores das Forças Armadas que operavam naquele setor da segunda guerra mundial.

A par da vida militar, quase que inserida nela, é de acentuar a atividade revolucionária do General Osvaldo Cordeiro de Farias. Participou, ainda como Tenente, do movimento de 5 de julho de 1932, quando cursava a Escola de Aviação Militar, e foi preso na época. Em 1934 servia no Rio Grande, quando ali se registrou a insurreição militar liderada pelo Capitão Luiz Carlos Prestes. Cordeiro de Farias e seus colegas revolucionários levantaram a guarnição em que serviam e se incorporaram à famosa Coluna Prestes. Cordeiro de Farias comandou um dos destacamentos dessa coluna, percorrendo com muitos outros heróicos revolucionários 30 mil kms. do interior do Brasil, através dos sertões e das capangas do Nordeste, palmilhando praticamente o país de Norte a Sul, em sucessivos e frequentes recontrações com as forças legais.

Foi dos últimos a abandonar a Coluna e exilando-se na Bolívia, onde passou a ganhar a vida como agricultor, na região insípida do Chaco.

Em 1930 estava Cordeiro de Farias em Minas Gerais, onde atuou destacadamente na eclosão e na vitória do movimento que assinalou a queda da República Velha.

Em 1935 cursava a Escola do Estado Maior do Exército, mas, ao ter notícia do levante comunista da Praia Vermelha, apresentou-se às autoridades superiores e, embora sem comando nem tropas, atuou decisivamente para o esmagamento daquela trágica e deplorável tentativa de subversão comunista.

Em 1938, Interventor no Rio Grande do Sul, achava-se no Rio de Janeiro quando eclodiu, em maio, o putch que tentou depor o Presidente da República.

Embora exercendo um posto civil, foi Cordeiro de Farias dos primeiros a acorrer ao Palácio da Guanabara e sua atuação foi decisiva na repressão da intentona.

Em 1941, afastado do comando do Estado Maior das Forças Armadas,

passou a ficar m pôto, sem comando ou comissão alguma e, desde 1933, se deu por inteiro à tarefa da conspiração.

Certo que ninguém mais do que Cordeiro de Farias, nem tão cedo quanto ele, envidou esforços no sentido de organizar uma força; primeiro, visando a reagir à tentativa de golpe que partisse do Governo de então e depois a articular forças para derrubá-lo.

Sou disto testemunha e muitas vezes com ele palestrei a respeito, conhecendo a sua intensa e arriscada atividade, sobretudo no Estado de São Paulo.

Sou disto testemunha e muitas vezes com ele palestrei a respeito conhecendo a sua intensa e arriscada atividade, sobretudo no Estado de São Paulo.

A par dessa carreira militar e revolucionária, Cordeiro de Farias exerceu alguns dos mais elevados postos na administração do País. Foi, primeiro, chefe-de-polícia, por duas vezes, no Estado de São Paulo, nos anos de 1931 a 1932; depois interventor-federal no Rio Grande do Sul, de 1938 a 1943; mais tarde, quando era comandante da Região Militar Norte, foi feitor Governador de Pernambuco, no quadriênio de 1955-58 e, por último, vitoriosa a revolução que tanto a ele devia, foi feito Ministro Extraordinário do Interior e dos Órgãos da Administração Autônoma.

Desejo ressaltar, como me cumpre a sua gestão como interventor-federal no Rio Grande. Foi um dos Governos mais fecundos e mais eficientes que meu Estado tem tido. A ele se devem duas organizações que até hoje subsistem e que modificaram profundamente a face social e a estrutura do Rio Grande. Foi o criador do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem. O Rio Grande do Sul, naquela época, em 1938, figurava num dos últimos lugares entre as Unidades federativas do Brasil em matéria de estradas de rodagem. Era simplesmente vergonhosa a situação que sofríamos. Para ir de Porto Alegre a São Leopoldo, distante poucas mil e sete quilômetros, muitas vezes se levava cinco a seis horas, talvez, o abandono das rodovias naquele Estado tão próspero e tão rico.

Atribuiu o General Cordeiro de Farias ao Engenheiro Batista Pereira, uma das mais altas expressões intelectuais e profissionais do Rio Grande do Sul a tarefa de organizar o Departamento de Rodagens e esse órgão na época foi de eficiência excepcional pelas obras realizadas naqueles cinco anos, cujo vulto foi maior do que as de todos os governos anteriores da República.

Outro setor em que ele tornou-se pioneiro no Rio Grande do Sul, foi na criação do Departamento Estadual de Saúde. Meu Estado não tinha organização alguma na matéria. Ele convocou um técnico de grande competência do Governo Federal, médico sanitário Dr. Bonifácio Costa que implantou e realizou uma obra notável que tem apenas sido continuada mas que até hoje segue o planejamento então estabelecido.

Foram criados algumas dezenas de postos de saúde, higiene, puericultura, atendidos os hospitais e, de forma geral, a assistência médico-social.

Deu ele também início ao plano de energia elétrica do Rio Grande, até então inexistente. Mas, talvez a parte mais mercedora de encômios da sua administração foi o setor educacional, que realizou, naquele momento, uma dupla obra: de difusão do ensino e educação e de nacionalização das zonas coloniais. Entregou esta pasta ao meu eminente colega e correligionário, ex-Deputado Coelho de Souza, que deixou na Secretaria de Educação, a sua passagem assinalada

como um padrão inigualado e inigualável. Nunca, como naquela ocasião, houve uma tarefa tão intensa de criação de grupos escolares do ensino primário e, sobretudo, como eu disse, de aculturação das colônias alemãs.

Essas colônias eram vítimas do descalço e do alheamento das administrações anteriores que a elas não davam escolas públicas. Confinadas e insuladas, essas populações proviam o ensino às suas próprias custas e, sobretudo, através dos cultos religiosos, quer de culto católico quasi, sobretudo, de culto protestante. Então, as escolas existentes naquelas zonas eram alemãs e só em alemão ali se ensinava. Coelho de Souza, como Secretário da Educação, tornou obrigatório o ensino em Português e voltou as suas atenções e drenou os recursos públicos para a implantação de uma rede densa de escolas nacionais públicas naquelas regiões. Os resultados foram os melhores possíveis e até hoje lá estão.

Quem conheceu a região àquela época e hoje a percorre quase não a reconhece, tão intensa e perfeita foi a aculturação dos admiráveis descendentes dos imigrantes alemães.

Também é digno de menção a sua tarefa no setor do sanitário dando rede de água a um grande número de municípios e de esgotos às principais cidades.

Dizem que em Pernambuco a sua gestão foi igualmente eficiente, mas sobre ela se devem manifestar os representantes daquele nobre Estado. Desejo, apenas, ainda assinalar que quer no Rio Grande, quer em Pernambuco as gestões de Cordeiro de Farias se caracterizaram pelo rigoroso equilíbrio orçamentário financeiro. Num Estado e noutro ele deixou a administração com saldos positivos.

Sr. Presidente e Senhores Senadores, o arrolamento que faço penso que dispensa o louvor, e o comentário encomiástico. Fala por si. Seria desnecessário, ocioso e até desleal realçar a probidade, a dignidade, a inteligência e a capacidade de trabalho do General Cordeiro de Farias.

Desejo, entretanto, pôr um relevo dois traços que o singularizam ou, pelo menos, que o exaltam entre os militares e os civis do Brasil. Um, é o seu espírito civilista — não conheci, jamais, um militar tão destituído da deformação profissional que a carreira das armas incute aos que a abraçam. Quanto a Cordeiro de Farias, no convívio que ele teve com a vida política no Rio Grande e em Pernambuco, ainda mais se acentuou essa sua tendência inata.

De modo que ele é ao mesmo tempo um militar de lei e um civil perfeito.

Nesse ponto ainda quero acentuar o que me ia escapando: a sua atitude nobre e engrandecedora na ocasião em que o Brasil decidiu a remessa da Força Expedicionária à Itália. Ele era interventor no Rio Grande do Sul. Ao saber daquela decisão do Governo brasileiro começou a insistir junto ao então Presidente da República no sentido de lhe dar dispensa do cargo de interventor e permitir o seu ingresso na Força Expedicionária. Duas vezes veio ao Rio para insistir nesse duplo rgo. E deixou o Governo do Estado para ser, como disse, o organizador e comandante da artilharia divisionária.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SA — Com muito prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Naquela época todos tivemos conhecimento, nos outros Estados, pelo menos nós, na Bahia, da insistência com que o General Estado, pelo menos nós, na Bahia, da insistência com que

o General Cordeiro de Farias desejava ir para a frente de guerra, deixando o cargo civil que ocupava V. Excelência confirma agora o fato. Sintoma-me no dever de dizer a V. Exa. que aquele gesto do General Cordeiro de Farias teve, no Estado da Bahia, grande repercussão e é, realmente, um dos pontos mais brilhantes da sua carreira militar.

O SR. MEM DE SA — Agradeço, profundamente, o aparte com que me honrou V. Exa. e que bem acentuou o que considero, sem dúvida, o ponto mais alto da sua vida militar.

Como dizia, demonstrou ele ser militar completo e civil perfeito nas reações, na maneira de proceder, e, inclusive, na habilidade política que todos lhe reconhecem.

O outro traço que desejo deixar marcado é sua fidelidade aos ideais e aos sonhos da juventude. Revolucionário em 1922, ele faz parte do pequeno grupo que jamais abandonou suas convicções e suas aspirações cívicas. Participou, ao longo da sua vida, de todos os movimentos tendentes à implantação, no Brasil, dos princípios pelos quais aquele pugilo de braves se batia nos idos da década de 1920. E tem se conservado inalteradamente assim até a idade a que hoje atinge. De 1922 a 1964 participou de todos os movimentos de caráter democrático e tem se empenhado pela implantação, no Brasil, de uma democracia real e verdadeira.

Penso que essas, palavras, embora sóbrias, retratam e realçam o merecimento desse homem que ao chegar aos 64 anos de idade, sai da vida ativa do Exército, mas continuará, como civil, a prestar a sua Pátria os serviços que nunca lhe fagou, e que poucos têm dado em tão altas e luminosas proporções. (Muito bem) — (Muito bem, Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna.

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, este século bem poderia ser denominado de o século do medo.

Há 30 anos, Franklin Delano Roosevelt, em palavras que ainda hoje são atualíssimas, fazia a seguinte declaração: "O medo é a sombra para todo o mundo — medo de agressão, medo de invasão, medo de revolução, medo da morte".

Hoje, vemos países que estão invadidos; agressões que são realizadas contra o espírito do direito dos povos; revoluções que eclodem e a morte que ceifa milhares de vidas.

Ao medo da pressão, ao medo da invasão, ao medo da revolução e ao medo da morte acrescenta-se o medo da fome, pois a fome ameaça continentes inteiros.

Já se afirmava, sem qualquer contestação, que dois-terços da humanidade acorda sem ter o que comer. E o medo da fome mobiliza forças, classes, grupos humanos, no direito à vida, à sobrevivência.

No Brasil há uma classe que quer e deseja sobreviver. Sempre foi das mais bem organizadas, e o medo da necessidade e o medo da fome a mobilizam para uma luta que tem um significado muito profundo e muito alto. Os funcionários públicos deste País, prevendo um dos mais terríveis futuros para eles, organizam-se e, desde que a inflação continua e o custo da vida não é contido, apelam, como recurso último, para o aumento dos seus salários.

Voltei do Rio de Janeiro verdadeiramente espantado. Conversei com funcionários públicos, civis e militares e autárquicos, e a minha consciência de homem público ficou preo-

cupada, clamou. Estive com um deles: um funcionário do Senado da República. Percebe, por mês, no Rio de Janeiro, Cr\$ 140.000. E pateticamente, me dizia: — "Senador Aurélio, mensalmente eu tiro, dos Cr\$ 140.000, Cr\$ 70.000 para pagamento do aluguel da humilde casa em que residio num dos subúrbios da Guanabara e fico com Cr\$ 70.000, Senador, para alimentar-me com a minha família, pagar o estudo dos meninos, comprar livros, comprar roupas, sapatos — e não tenho direito a qualquer diversão".

O quadro que nós contemplamos no Rio de Janeiro é o quadro de Brasília, é o quadro do Amazonas, é o quadro do Rio Grande do Sul, é o quadro brasileiro.

Como eu, ao certo os demais Senhores Senadores vimos recebendo cartas que contam a tragédia de cada família de funcionários, que é a tragédia de todo o funcionalismo público do País, que é a tragédia dos assalariados. E enquanto se fala em soluções políticas para Minas Gerais, a Guanabara e alguns outros Estados da Federação brasileira, eu penso na grande solução para os problemas do povo brasileiro, das multidões de assalariados, para a grande solução que não está, sequer, equacionada.

Sr. Presidente e Senhores Senadores, o desespero é o inimigo da ordem, da tranquilidade pública. O nosso povo já principiou a desesperar.

Estão de luto os funcionários públicos do Brasil. É uma forma de protesto *sui-generis*; não há similar no mundo inteiro; caracteriza uma época e uma situação. Milhares de funcionários trazem, na lapela, um dístico negro como a miséria, como a fome, como a necessidade, como a tristeza, como a angústia, como o terror. Não é ouvido, mas quer ser ouvido. A linguagem do cérebro não é compreendida, muito menos a linguagem do estômago.

Há correção monetária para tudo, não há para os salários. Há correção monetária para o Congresso Nacional, para a Presidência da República. Não há para o povo. Os direitos são diferentes para os que atravessam a mesma situação?

Sr. Presidente, vou ser extremamente breve nestas considerações, porque, hoje mais do que ontem, e ao certo amanhã muito mais do que hoje, serei vítima desta preocupação tremenda que assobinha os espíritos dos homens responsáveis pelos destinos deste País, não dos irresponsáveis. Estes não contam.

Ninguém contém ou detém, pela força bruta, os clamores do estômago. É a História.

A Revolução Francesa de 89 não foi feita pelos enciclopedistas, pelos filósofos; nem a russa de 1917; nem as mais próximas de nós. Eu falo das revoluções mesmo, eu não falo de golpes nem de movimentos armados. Todas elas foram feitas pelos desesperados, pelos famintos, pelos que não acreditavam mais em soluções legais.

Este movimento dos funcionários públicos do Brasil significa um grito de alerta, um desejo de colaboração. Não é uma provocação, é um chamamento à realidade.

Uma das classes mais bem organizadas do País, melhor pagas, está dizendo ao Poder que vá ao encontro delas, alerta-o para o que se processa nos demais componentes da sociedade assalariada deste País. E, do outro lado, os próprios empresários, os empregadores denunciam o momento crítico que deles se aproxima.

Há um vulcão adormecido no Nordeste! Extinto? Jamais!

E até padres, dos mais compreensivos, dos mais estudiosos, dos mais vivos, alçam seu pensamento e cla-

mam por que o Nordeste seja atendido.

Mas há um Nordeste no Rio Grande do Sul? E há um Nordeste na Guanabara e há um Nordeste nas Minas Gerais? Há um Nordeste no Planalto Goiano, porque o Nordeste simboliza sofrimento, simboliza fome, turbulência da ordem, inquietação!

Eu não sou cassandra, não sou pitonisa! Não estou apresentando uma ragem que substitua a realidade que todos nós contemplamos. Está aí o panorama brasileiro!

Nesse momento, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como representante do povo, transmiro a minha mensagem de apoio àquelas que, dentro da ordem, visando a sua sobrevivência, apresentam as suas reivindicações, clamam e pedem justiça, porque são bem-aventuradas.

Já está escrito: "os que têm fome e sede de justiça, serão fartos". Serão mesmo no Brasil, sem o apelo ao sacrifício de vida? E' o que todos desejamos; é o que alguns esperam, flos, os assalariados que não me estão ouvindo mas a quem presto a minha solidariedade, a minha palavra de apoio ao seu grande movimento contra a fome, a miséria, a necessidade, o que significa contra a furtividade da ordem, o que significa contra o desespero, contra a violência, contra a desordem que eles não provocaram.

Sr. Presidente, continuam os pescadores de águas turvas, continuam a entreter o povo brasileiro nestas lutas estúpidas que não constroem, em torno mais de pessoas do que de programas, de ideias, de pensamentos; continuam se o quiserem, como se estivéssemos num grande circo, onde se dão ao povo espetáculos circenses, sem o pão que os Césares tinham no passado e que aqueles que empolgam o poder na atualidade tem para distribuir. Continuem a onda demagógica de que o povo vive satisfeito sem pão, sem casa, sem moradia, portanto, sem o necessário à existência digna, humana e cristã.

Assim, nestas poucas palavras, quando a razão e o bom-senso fogem, nós usamos desta tribuna — falando a estes poucos Senadores que aqui se encontram — para a tranquilidade da nossa consciência, a fim de chamar a atenção nossa, a atenção dos poderes públicos responsáveis pela tranquilidade nacional para a constante falta do pão-de-cada-dia da massa da maioria das famílias deste nosso País.

O Sr. JOSAPHAT MARINHO — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Com grande prazer.

O Sr. Josaphat Marinho — No curso dessas justas ponderações, V. Exa. poderia acrescentar que não deve haver dificuldade maior, de ordem financeira, para a concessão da melhoria da situação ao funcionalismo público em geral. E não deve haver porque, entre outros fatos, o Governo, ainda há pouco, pediu verbas para atender a determinadas despesas que são, como não são, evidentemente, essenciais. Mas o importante é observar e que não pode alegar deficiência de recursos um Governo que mantém no estrangeiro, tropas como as que mandamos para São Domingos; e que ali evidentemente não se encontram, no momento, compunção e respeito às regras da Resolução votada pelo Congresso.

O SR. AURELIO VIANNA — E oportuno o aparte de V. Exa. Falta de recursos? Sim, para a satisfação das necessidades essenciais do nosso povo. As forças armadas estão bem pagas, sustentadas com o trabalho, o suor, o sangue, as lágrimas e o sacrifício do nosso povo.

E ainda se fala em tropas para sustentar a guerra particular que Salazar mantém na África contra as aspirações de independência das colônias africanas!

Assim, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nós que comemoramos as grandes datas nacionais, nós que elegamos Tiradentes um dos grandes patronos das lutas pela libertação do Brasil, podemos ser contrários ao movimento dos nossos irmãos da África, na sua luta pela independência contra o jugo que os mantém escravizados? Que lógica interna é esta que lógica mais ilógica do que esta poderia haver? Temos saudade da chibata? Temos saudade da escravidão? Costumamos, ainda hoje, de estar ligados ao poder de ultra-mar, ou queremos que Portugal seja nosso amigo e nós dele, sem qualquer relação de senhor e escravo? Pois bem, fala-se nisso.

Assim, Sr. Presidente, termino como principal: o medo se alastra por todo o mundo dizia Franklin Delano Roosevelt; medo de agressão, medo de invasão, medo da revolução, medo da morte e, acrescenta-se, medo da fome. Que os homens de Governo, particularmente os do nosso País, atentem para estas palavras que não são minhas, mas do campeão das liberdades democráticas, que deu a sua vida em holocausto à Democracia, pelo direito de ir e vir, pelo direito à sobrevivência, pelo melhor dos direitos — o direito à liberdade! (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente os jornais de ontem noticiaram, com grande realce, que o nosso nobre companheiro, Senador Nelson Maculan, dirigiu à Presidência do Senado um requerimento no sentido de ser publicado um avulso de que constem as peças do processo sobre o qual o Senado se manifestou, há poucos dias.

Não acrescenta a notícia qualquer indicação de quais tenham sido essas peças.

Também não se esclarece se o requerimento foi objeto de leitura no Expediente da Sessão de sexta-feira, ou se foi encaminhado diretamente ao honrado Presidente do Senado.

Pode parecer a questão sem maior importância, mas a verdade é que o Senado proferiu o seu juízo relativamente a esse caso, uns concedendo a licença para o processo do Senador Nelson Maculan, e outros negando essa licença.

Pelo noticiário de ontem, parece que o Senador Nelson Maculan prefere defender-se das acusações que lhe foram feitas na denúncia fora da área da Justiça.

Não seria de mim nenhuma observação no sentido de que não lhe fosse dada, pelo Senado, uma satisfação completa em relação ao avulso que S. Exa. pede. Acho, entretanto, que uma vez que a matéria foi objeto de decisão do Plenário do Senado, esse avulso deve ser o mais completo possível e não somente um avulso das peças que o Senador Nelson Maculan indicou, porque se S. Exa. preferiu, ao julgamento da Justiça do País, o julgamento das suas condições, é de esperar que ele traga a esse julgamento todas as peças todas as indicações, todas as alegações constantes do processo que foi submetido à apreciação do Senado.

Minha questão de ordem, portanto, resumida no seguinte: 1º Se o requerimento foi objeto de leitura do Expediente da Sessão, porque não sendo lido, não disse; 2º Quais as peças que o Senador Nelson Maculan indica para que constem dessas avul-

so; 3º Se já houve algum despacho do Sr. Presidente do Senado e em que termos foi esse despacho.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — A Mesa informa ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho que, realmente, esse requerimento teve ingresso. Entretanto, não foi lido na sessão de sexta-feira última, porque, regimentalmente, não se pôde fazê-lo em razão da ausência do seu signatário, Senador Nelson Maculan.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

— Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito com a informação de Vossa Excelência e dispense, por hora, a resposta aos demais itens da minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — A Mesa fica agradecida ao Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Martins Júnior.

Lobão da Silveira.

Sebastião Archer.

Josquim Parente.

Pessoa de Queiroz.

José Leite.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Passa-se à

#### ORDEN DO DIA

A matéria da pauta está em fase de votação. Por falta de quorum, fica ela transferida para a sessão de amanhã.

Item 2:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 56, de 1964, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que determina o número mínimo de reuniões do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo do SUDEPE e de outras providências, tendo Pareceres Contrários (ns. 962 e 963, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Por falta de quorum, fica a votação sobrestada para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Mondim) — Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 988, de 1965, do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a mandar editar as obras completas de Lúcio de Mendonça, e de outras providências.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a matéria dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação aprovada:

Redação final do Projeto de Lei Senado nº 49, de 1963, que autoriza o Poder Executivo a mandar editar as obras completas de Lúcio de Mendonça, e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo, pelo Ministério da Educação e Cultura, autorizado a organizar e imprimir, por intermédio do Instituto Nacional do Livro, uma edição completa das obras de Lúcio de Mendonça.

Parágrafo único. O Instituto Nacional do Livro designará uma comissão de homens de letras para cuidar os originais a serem editados, devendo compulsoriamente, dela fazer parte um representante da Academia Fluminense de Letras.

Art. 2º A edição a que se refere a presente lei, comemorativa do centenário da morte de Lúcio de Mendonça, deverá ter caráter eminentemente popular.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Guilherme Mondim) — Item 4:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 985, de 1965, do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 65-A-63, de 1964, de origem), que manda autorizar o registro, sob reserva de concessão da melhoria de proventos de aposentadoria ao ex-tribunário, guarda, referência 20, Almir Figueira da Costa, Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a matéria dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação aprovada:

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 65-A-63, de 1964, de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 71, § 1º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO

Nº de 1965

Torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em 16 de agosto de 1957, da concessão de melhoria de proventos de aposentadoria a Almir Figueira da Costa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' tornado definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, em 16 de agosto de 1957, da concessão de melhoria de proventos de aposentadoria ao ex-tribunário, guarda, referência 20, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Almir Figueira da Costa.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Mondim) —

Item 5:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela



missão de Redação em seu Parecer número 987, de 1965, do Projeto de Decreto Legislativo número 15, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 205-A-64 na Casa de origem) que aprova os textos do Protocolo Adicional ao Tratado de 1938, sobre ligação ferroviária com a Bolívia, firmado em La Paz em 23 de julho de 1964.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do artigo 316-A, do Regulamento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 15, de 1965 (nº 205-A-64, na Casa de origem).**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, número I, da Constituição Federal, e eu, .....

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1965

*Aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de 1938, sobre a Ligação Ferroviária com a Bolívia, firmado em La Paz em 23 de julho de 1964.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovado o Protocolo Adicional ao Tratado de 1938, sobre a Ligação Ferroviária com a Bolívia, firmado em La Paz em 23 de julho de 1964.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Guilherme Mondim)

Item 6:

Discussão, em turno único, da redação final, oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 986, de 1965, do Projeto de Resolução número 69, de 1965 que suspende a execução da letra "b" do § 2º do artigo 3º da Lei número 5.917, de 26 de dezembro de 1961, do Município de São Paulo, que manda computar no movimento econômico o valor de mercadorias transferidas de um estabelecimento para suas filiais para efeito do cálculo do imposto de indústrias e profissões, declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do artigo 316-A, do Regulamento Interno.

O projeto vai à promulgação:

E' a seguinte a redação final aprovada:

**Redação final do Projeto de Resolução nº 69 de 1965.**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64, da Constituição Federal, e eu, .....

Presidente, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO Nº , DE 1965

*Suspende a execução da alínea b, do § 2º, do art. 3º da Lei nº 5.917, de 26 de dezembro de 1961, do Município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Art. 1º E' suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal em sessão de 18 de março de 1965, no recurso em Mandado de Segurança, número 13.994, a execução da alínea b, do § 2º, do art. 3º da Lei nº 5.917, de 26 de dezembro de 1961, do Município de São Paulo, Estado de São Paulo, que manda computar, no movimento econômico, o valor das mercadorias transferidas de um estabelecimento para suas filiais, para efeito do pagamento do imposto de indústria e profissões.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

*Discussão, em turno único, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 984, de 1965 do Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 1964, originário da Câmara dos Deputados (nº 83-A-63, na Casa de origem) que mantém o ato denegatório de registro ao termo aditivo do contrato celebrado pelo Ministério da Aeronáutica com Jorge Aurélio Possa, para, na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, desempenhar a função de Professor de Português.*

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 1964 (nº 83-A de 1963, na Casa de origem).**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º, da Constituição Federal, e eu, .....

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº .... DE 1965

*Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 18 de novembro de 1955, aditivo ao contrato, de 28 de dezembro de 1954 celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jorge Aurélio Possa.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' mantido o ato, de 17 de fevereiro de 1956, do Tribunal de Contas, denegatório de registro a termo,

de 18 de novembro de 1955, aditivo ao contrato, de 28 de dezembro de 1954, celebrado entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e Jorge Aurélio Possa, para o desempenho, na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, da função de Professor de Português, do Segundo Ciclo Colegial.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Está esgotada a Ordem do Dia.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, vou encerrar a sessão anunciando para a de amanhã a seguinte

#### ORDEM DO DIA

Sessão de 17 de agosto de 1965

(Terça-feira)

1

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 227-A-65, na Casa de origem) que aprova o Convênio de Cooperação Social, assinado no Rio de Janeiro a 11 de agosto de 1964 entre o Brasil e a Espanha, tendo Pareceres Favoráveis, sob nºs 975, 976 e 977 das Comissões: de Relações Exteriores; de Legislação Social e de Finanças.

2

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado número 56, de 1964, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que determina o número mínimo de reuniões do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo da SUDEPE e das outras providências, tendo Pareceres Contrários (nºs 962 e 963, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura.

3

Discussão em turno único do substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 53, de 1961, que determina a delimitação de zonas industriais no Distrito Federal, tendo Pareceres favoráveis, sob nºs 773 a 776, de 1965, das Comissões de Constituição e Justiça; do Distrito Federal; de Educação e Cultura e de Finanças.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 68, de 1965, que suspende a execução do número IV do § 1º do art. 27 da Constituição do Estado da Guanabara, de 27 de março de 1961, julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, tendo Parecer Favorável sob nº 879, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1964, de autoria do Sr. Senador Guilhermino Mondim, que altera o Decreto-lei nº 4.545, de 31 de julho de 1942, que dispõe sobre a forma e apresentação dos Símbolos nacionais e das outras providências, tendo Pareceres (números 959, 960 e 961, de 1965) das Comissões de Constituição e Justiça 1º pronunciamento (sobre o projeto) favorável; 2º pronunciamento (sobre a Emenda Substitutiva da Comissão de Educação e Cultura), favorável; de Educação e Cultura, favorável, nos termos da Emenda Substitutiva, número I-CEC, que apresenta.

Está encerrada a sessão.

(Levantava-se a sessão às 16 horas e 10 minutos).

TRECHO DA ATA DA SESSÃO DE 5 DE AGOSTO DE 1965, QUE SE REALIZOU POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES, A PAGINA 2577, DO DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (SEÇÃO II), DE 4 DE AGOSTO DE 1965.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se a

#### ORDEM DO DIA

Item 1

*Votação em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 1965 (nº 2.899-B-65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades Técnicas Federais, tendo Pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e da Comissão de Projetos do Executivo sobre o Projeto e as emendas.*

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, DE 1965**

*(Nº 2.899-B-65, na Casa de origem), Dispõe sobre a denominação e qualificação das universidades e escolas técnicas federais.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As universidades e as escolas técnicas, vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, sediadas nas capitais dos Estados, serão qualificadas de federais e terão a denominação do respectivo Estado.

Parágrafo único. As escolas e faculdades integrantes das universidades federais serão denominadas com a designação específica de sua especialidade, seguida do nome da universidade.

Art. 2º Se a sede da universidade ou da escola técnica federal for em uma cidade que não a capital do Estado, será qualificada de federal e terá a denominação da respectiva cidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Passa-se à votação das emendas

Em votação a Emenda nº 1, de autoria do nobre Senador Aloysio de Carvalho. Tem a seguinte redação:

Ao Art. 1º:

"Onde se lê: "sediado", leia-se "situado".

Esta emenda, se aprovada, será considerada emenda de redação.

Em votação.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

— Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, as duas emendas tiveram parecer favorável e, portanto, devem ser votadas em globo.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — E' procedente a questão de ordem arguida pelo Sr. Senador Aloysio de Carvalho. A Emenda nº 2 também recebeu parecer favorável. Há, entretanto, requerimento de destaque que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário para rejeição da emenda nº 2.



E' lido e aprovado o seguinte

**REQUERIMENTO**

**Nº 521, de 1965**

Requeiro destaque, para rejeição, da emenda nº 2.

S. Sessões, em 5-8-1965. — *Daniel Krieger*.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Moura Andrade*) — Em consequência, está rejeitada a emenda nº 2.

E' a seguinte a emenda rejeitada:

Nº 2

Acrescente-se:

"Art. 3º A Universidade do Brasil conservará a sua denominação".

Os arts. 3º e 4º do projeto passarão, respectivamente, a 4º e 5º.

**O SR. DANIEL KRIEGER:**

— Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Moura Andrade*) — Tem a palavra o nobre Senador.

**O SR. DANIEL KRIEGER:**

(*Para declaração de voto — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, embora a emenda apresentada pelo nobre Senador Afonso Arinos tenha alguns fundamentos, votei contra ela porque desvirtuaria, totalmente, o projeto. Foi a única razão por que assim procedi.

**O SR. PRESIDENTE:**

(*Moura Andrade*) — Em votação a Emenda nº 1, de autoria do nobre Senador Aloysio de Carvalho, que manda que no Art. 1º, onde se lê "se-diado", seja lido "situado".

Se aprovada esta emenda, será considerada como emenda de redação. Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovada. O projeto irá à Comissão de Redação.

## COMISSÕES PERMANENTES

## MESA

|                 |   |                           |
|-----------------|---|---------------------------|
| Presidente      | — | Alcides Amorim (PCD)      |
| Vice-Presidente | — | Nogueira da Gama (PTB)    |
| 1º Secretário   | — | Dinarte Mariz (UDN)       |
| 2º Secretário   | — | Gilberto Marinho (PSD)    |
| 3º Secretário   | — | Adalberto Senna (PTB)     |
| 4º Secretário   | — | Cattete Pinheiro (PTN)    |
| 1º Suplente     | — | Joaquim Parente (UDN)     |
| 2º Suplente     | — | Guilherme Mondim (PSD)    |
| 3º Suplente     | — | Vasconcellos Torres (PTB) |
| 4º Suplente     | — | Raul Giuberti (PSP-ES)    |

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 32 representantes

|                                  |  |
|----------------------------------|--|
| 1. José Guimarães — Acre         | 12. Antônio Balbino — Bahia            |
| 2. Lobão da Silveira — Pará.     | 13. Jefferson de Aguiar — E. Santo     |
| 3. Eugênio Barros — Maranhão     | 14. Gilberto Marinho — Guanabara       |
| 4. Sebastião Archer — Maranhão   | 15. Adalberto Senna — São Paulo        |
| 5. Victorino Freire — Maranhão   | 16. Antônio Fontana — S. Catarina      |
| 6. Sigefredo Pacheco — Piauí     | 17. Guido Mondim — R. G. Sul           |
| 7. Menezes Pimentel — Ceará      | 18. Benedito Valladares — Minas Gerais |
| 8. Wilson Gonçalves — Ceará      | 19. Filinto Müller — Mato Grosso       |
| 9. Walfredo Gurgel — R. G. Norte | 20. José Feliciano — Goiás             |
| 10. Ruy Carneiro — Paraíba       | 21. Juscelino Kubitschek — Goiás       |
| 11. José Leite — Sergipe         | 22. Pedro Ludovico — Goiás             |

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

|                                    |                                      |
|------------------------------------|--------------------------------------|
| 1. Adalberto Senna — Acre          | 9. Barros Carvalho — Pernambuco      |
| 2. Oscar Passos — Acre             | 10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco   |
| 3. Vivaldo Lima — Amazonas         | 11. José Ermirio — Pernambuco        |
| 4. Vivaldo Lima — Amazonas         | 12. Silvestre Pêrceles — Alagoas     |
| 5. Arthur Virgílio — Amazonas      | 13. Vasconcellos Torres — R. Janeiro |
| 6. Antônio Jucá — Ceará            | 14. Nelson Maculan — Paraná          |
| 7. Dix Huit Rosado — R. G. Norte   | 15. Mello Braga — Paraná             |
| 8. Argemiro de Figueiredo, Paraíba | 16. Nogueira da Gama — M. Gerais     |
|                                    | 17. Bezerra Neto — Mato Grosso       |

## UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

|                                  |                                     |
|----------------------------------|-------------------------------------|
| 1. Zacharias de Assumpção — Pará | 9. Afonso Arino — Guanabara         |
| 2. Joaquim Parente — Piauí       | 10. Padre Calazans — São Paulo      |
| 3. José Cândido — Piauí          | 11. Adolpho Franco — Paraná         |
| 4. Dinarte Mariz — R. G. Norte   | 12. Irineu Bornhausen — S. Catarina |
| 5. João Agripino — Paraíba       | 13. Antônio Carlos — S. Catarina    |
| 6. Rui Palmeira — Alagoas        | 14. Daniel Krieger — R. G. Sul      |
| 7. Heribaldo Vieira — Sergipe    | 15. Milton Campos — Minas Gerais    |
| 8. Eurico Rezende — E. Santo     | 16. Lopes da Costa — Mato Grosso    |

## PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

|                                  |
|----------------------------------|
| 1. Aloysio de Carvalho — Bahia   |
| 2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul |

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

|                               |
|-------------------------------|
| 1. Cattete Pinheiro — Pará    |
| 2. Lino de Mattos — São Paulo |

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

|                                   |
|-----------------------------------|
| 1. Raul Giuberti — Espírito Santo |
| 2. Miguel Couto — Rio de Janeiro  |

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

|                               |
|-------------------------------|
| 1. Aurélio Vianna — Guanabara |
|-------------------------------|

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

|                                      |
|--------------------------------------|
| 1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro |
|--------------------------------------|

## PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

|                          |
|--------------------------|
| 1. Júlio Leite — Sergipe |
|--------------------------|

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

|                             |
|-----------------------------|
| 1. Arnon de Mello — Alagoas |
|-----------------------------|

## SEM LEGENDA

|                               |
|-------------------------------|
| 1. Josephat Marinho — Bahia   |
| 2. Heribaldo Vieira — Sergipe |

## RESUMO

|                                       |           |
|---------------------------------------|-----------|
| Partido Social Democrático (PSD)      | 22        |
| Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)  | 17        |
| União Democrática Nacional (UDN)      | 16        |
| Partido Libertador (PL)               | 2         |
| Partido Trabalhista Nacional (PTN)    | 2         |
| Partido Social Progressista (PSP)     | 2         |
| Partido Socialista Brasileiro (PSB)   | 1         |
| Partido Republicano (PR)              | 1         |
| Partido Democrata Cristão (PDC)       | 1         |
| Movimento Trabalhista Renovador (MTR) | 1         |
| <b>Total</b>                          | <b>65</b> |
| Sem legenda                           | 1         |
| <b>Total</b>                          | <b>66</b> |

## BLOCOS PARTIDÁRIOS

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

|             |             |
|-------------|-------------|
| PSP         | 2 Senadores |
| PTN         | 2 Senadores |
| PSB         | 1 Senador   |
| PR          | 1 Senador   |
| MTR         | 1 Senador   |
| PDC         | 1 Senador   |
| Sem legenda | 2 Senadores |

## LIDERANÇAS

| Líder do Governo     | Vice-Líder |
|----------------------|------------|
| Daniel Krieger (UDN) | Mem de Sá  |

## BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

| Líder                          | Vice-Líderes           |
|--------------------------------|------------------------|
| Lino de Mattos (PTN)           | Aurélio Vianna (PSB)   |
|                                | Júlio Leite (PR)       |
| Líder                          | Vice-Líder             |
| Josephat Marinho (sem legenda) | Aarão Steinbruch (MTR) |
|                                | Miguel Couto (PSP)     |
|                                | Arnon de Mello (PDC)   |
|                                | Dilton Costa (PR)      |

## II PARTIDOS

## PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)

|                   |
|-------------------|
| Líder             |
| Filinto Müller    |
| Vice-Líderes      |
| Wilson Gonçalves  |
| Sigefredo Pacheco |
| Walfredo Gurgel   |
| Victorino Freire  |

## PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

|                 |
|-----------------|
| Líder           |
| Barros Carvalho |
| Vice-Líderes    |
| Bezerra Neto    |
| Oscar Passos    |
| Antônio Jucá    |

## UNIAO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

|                |
|----------------|
| Líder          |
| Daniel Krieger |
| Vice-Líderes   |
| Eurico Rezende |
| Adolpho Franco |
| Padre Calazans |
| Lopes da Costa |

## PARTIDO LIBERTADOR (PL)

|                     |
|---------------------|
| Líder               |
| Mem de Sá           |
| Vice-Líder          |
| Aloysio de Carvalho |

## PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

|               |
|---------------|
| Líder         |
| Miguel Couto  |
| Vice-Líder    |
| Raul Giuberti |

## PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

|                  |
|------------------|
| Líder            |
| Lino de Mattos   |
| Vice-Líder       |
| Cattete Pinheiro |

## III — PARTIDOS DE UM SÓ REPRESENTANTE

## MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)

|                  |
|------------------|
| Representante    |
| Aarão Steinbruch |

## PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)

|                |
|----------------|
| Líder          |
| Arnon de Mello |

## PARTIDO REPUBLICANO (PR)

|               |
|---------------|
| Representante |
| Júlio Leite   |

## PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)

|                |
|----------------|
| Representante  |
| Aurélio Vianna |

## AGRICULTURA

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

## PSD

| TITULARES      |
|----------------|
| Eugênio Barros |
| José Leite     |

## SUPLENTE

|                   |
|-------------------|
| 1. José Feliciano |
| 2. Atílio Fontana |

## PTB

|                |
|----------------|
| José Ermirio   |
| Nelson Maculan |

|                    |
|--------------------|
| 1. Dix-Huit Rosado |
| 2. Antônio Jucá    |

## UDN

|                |
|----------------|
| Lopes da Costa |
| Antônio Carlos |

|                   |
|-------------------|
| 1. Daniel Krieger |
| 2. João Agripino  |

## BPI

|              |
|--------------|
| Dilton Costa |
|--------------|

|                   |
|-------------------|
| 1. Aurélio Vianna |
|-------------------|

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

## CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Afonso Arinos

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

## PSD

| TITULARIA           |
|---------------------|
| Jefferson de Aguiar |
| Antônio Balbino     |
| Wilson Gonçalves    |
| Ruy Carneiro        |

## SUPLENTE

|                        |
|------------------------|
| 1. Menezes Pimentel    |
| 2. José Feliciano      |
| 3. Filinto Müller      |
| 4. Benedito Valladares |

Edmundo Levi  
Benezerra Neto  
Arthur Virgílio

**PTB**

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

**UDN**

Afonso Arinos  
Heribaldo Vieira  
Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

**BPI**

Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

**DISTRITO FEDERAL**

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

**PSD**

**TITULARES**  
Pedro Ludovico  
Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

**PTB**

Arthur Virgílio  
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antonio Jucá

**UDN**

Eurico Rezende  
Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assumpção
2. Lopes da Costa

**BPI**

Aurélio Vianna

1. Lino de Batts

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

**ECONOMIA**

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermírio

**PSD**

**TITULARES**  
Atílio Fontana  
José Feliciano  
José Leite

**SUPLENTE**

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

**PTB**

José Ermírio  
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

**UDN**

Adolpho Franco  
Lopes da Costa  
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

**BPI**

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 16.30 horas.

**EDUCAÇÃO E CULTURA**

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

**PSD**

**TITULARES**  
Menezes Pimentel  
Walfredo Gurgel

**SUPLENTE**

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

**PTB**

Antônio Jucá  
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

**UDN**

Padre Calazans  
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

**BPI**

Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 15.30 hs.

**FINANÇAS**

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

**TITULARES**  
Victorino Freire  
Lobão da Silveira  
Sigefredo Pacheco  
Wilson Gonçalves  
Walfredo Gurgel

**PSD****SUPLENTE**

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

**PTB**

Argemiro Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

**UDN**

Faria Tavares  
Irineu Bornhausen  
Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

**PL**

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

**BPI**

Aurélio Vianna  
Lino de Mattos

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

**PSD****SUPLENTE**

**TITULARES**  
José Feliciano  
Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

**PTB**

Nelson Maculan  
Barros Carbalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

**UDN**

Adolpho Franco  
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

**BPI**

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira, às 16.30 horas

**LEGISLAÇÃO SOCIAL**

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfredo Gurgel

**PSD****SUPLENTE**

**TITULARES**  
Ruy Carneiro  
Walfredo Gurgel  
Atílio Fontana  
Eugênio Barros

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

**PTB**

Vivaldo Lima  
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

**UDN**

Eurico Rezende  
Herivaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

**BPI**

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.  
Reuniões: 1.ª feira, às 15 horas.

**MINAS E ENERGIA**

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

**PSD****SUPLENTE**

**TITULARES**  
Benedicto Valladares  
Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

**PTB**

José Ermírio  
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

## UDN

João Agripino  
Faria Tavares

1. José Cândido
2. Afonso Arinos

## BPI

Josaphat Marinho

1. Arnon de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 14.30 hs.

## POLIGONO DAS SÉCAS

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Ruy Carneiro  
Sebastião Archer

1. Sigefredo Pacheco
2. José Leite

## PTB

Argemiro Figueiredo  
Dix-Huit Rosado

1. José Ermirio
2. Antônio Jucá

## UDN

João Agripino  
Heribaldo Vieira

1. Lopes da Costa
2. Antônio Carlos

## BPI

Aurélio Vianna

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

## PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino

Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Wilson Gonçalves  
José Guilomard  
Jefferson de Aguiar

1. Walfredo Gurgel
2. José Feliciano
3. Ruy Carneiro

## PTB

José Ermirio  
Bezerra Neto

1. Mello Braga
2. Edmundo Levi

## UDN

João Agripino  
Antônio Carlos

1. Daniel Krieger
2. Adolfo Franco

## BPI

Lino de Matos

1. Aurélio Vianna

## PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares  
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

## REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: Antônio Carlos

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Walfredo Gurgel  
Sebastião Archer

1. Lobão da Silveira
2. José Feliciano

## PTB

Dix-Huit Rosado

1. Edmundo Levi

## UDN

Antônio Carlos

1. Eurico Rezende

## BPI

Josaphat Marinho

1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

## RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedito Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Benedito Valladares  
Filinto Müller  
Menezes Pimentel  
José Guilomard

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite

## PTB

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá
3. Mello Braga

## UDN

Antônio Carlos  
José Cândido  
Rui Palmeira

1. Padre Calazans
2. João Agripino
3. Mem de Sá

## BPI

Aarão Steinbruch

1. Arnon de Mello

Secretário: J. B. Castejon Branco

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

## SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: José Cândido

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Pedro Ludovico

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros

## PTB

Dix-Huit Rosado

1. Antônio Jucá

## UDN

José Cândido

1. Lopes da Costa

## BPI

Miguel Couto

1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

## SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: José Guilomard

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

José Guilomard  
Victorino Freire

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana

## PTB

Oscar Passos  
Silvestre Péricles

1. Dix-Huit Rosado
2. José Ermirio

## UDN

Zacarias de Assunção  
Irineu Bornhausen

1. Adolpho Franco
2. Eurico Rezende

## BPI

Aarão Steinbruch

1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

## SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans

Vice-Presidente: Victorino Freire

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Sigefredo Pacheco  
Victorino Freire

1. José Feliciano
2. Filinto Müller

## PTB

Mello Braga  
Silvestre Péricles

1. Antônio Jucá
2. Dix-Huit Rosado

## UDN

Padre Calazans  
Aloysio de Carvalho

1. Antônio Carlos
2. Mem de Sá

## BPI

Aurélio Vianna

2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas  
Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas

## TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa

Vice-Presidente: Mello Braga

## PSD

## SUPLENTE

## TITULARES

Eugênio Barros  
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard



PTB  
1. Bezerra Neto

UDN  
1. Irineu Bornhausen

BPI  
2. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar  
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

## COMISSÕES ESPECIAIS

### Para Revisão do Projeto que define e regula a PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.

Membros (7) — Partidos .  
Gilberto Marinho — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Vasconcelos Torres — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

### Para o estudo dos efeitos da INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.

Membros (5) — Partidos  
Attilio Fontana — Presidente — PSD.  
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermirio — Relator — PTB.  
Adolpho Franco — UDN.  
Aurélio Vianna — PSD.

### Para estudo das causas que dificultam a PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos  
José Feliciano — PSD.  
Sigfredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.  
José Ermirio (Presidente) — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

### Para efetuar o levantamento da PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos  
José Feliciano — PSD.  
Attilio Fontana — PSD.  
Eugênio Barros — PSD.  
José Ermirio (Relator) — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Melo Braga — PTB.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos (Presidente) — UDN.  
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

### Para estudar a situação dos Transportes Marítimos e Ferroviários.

Membros (5) — Partidos  
Attilio Fontana — (Relator) — Transportes Ferroviários — PSD.  
Sigfredo Pacheco — PSD.  
José Ermirio — PTB.  
Irineu Bornhausen — (Relator) — Transportes Marítimos — UDN.  
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

### Para o estudo da situação do Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.

Membros (5) — Partidos  
José Feliciano — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Antonio Jucá — PTB.  
Padre Calazans — UDN.  
Josaphat Marinho — S/legenda.

### Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS  
Bezerra Neto — Presidente.  
Afonso Arinos — Vice-Presidente.  
Jefferson de Aguiar — Relator.  
Neite Neto  
Nelson Maculan  
Eurico Rezende  
Aurélio Vianna

### Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos  
Attilio Fontana — PSD  
Sigfredo Pacheco (Presidente) — PSD.  
Eugênio Barros — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
José Ermirio (Relator) — PTB.  
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN  
Raul Giuberti — PSP.

### Para examinar a crise Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.

Membros — Partidos  
José Leite — PSD  
Vaga — PSD  
Vasconcellos Torres — PTB  
Heribaldo Vieira — UDN  
Aurélio Vianna — PSB

## COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

### Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

#### QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Jefferson de Aguiar — PSD..  
Lobão da Silveira — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Benedito Valladares — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
Milton Campos —  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Rui Palmeira — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Nogueira da Gama — PTB.  
Barros Carvalho — PTB.  
Aloysio de Carvalho — (Presidente) — PL.  
Mem de Sá — PL.  
Josaphat Marinho — S/legenda.

### Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

#### QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE

#### APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Membros (16) — Partidos  
Menezes Pimentel — PSD.  
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD.

Lobão da Silveira — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Eurico Rezende — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Milton Campos — (Vice-Presidente) UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN.  
Lopes da Costa — UDN.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Vivaldo Lima — PTB.  
... Vago — PTB.  
... Vago — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.

### Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

#### SOBRE EXONERAÇÃO POR POSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos  
Menezes Pimentel — PSD.  
Ruy Carneiro — Presidente — PSD  
Lobão da Silveira — PSD.  
Jefferson de Aguiar — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Daniel Krieger — UDN.  
Eurico Rezende — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira (Presidente) — UDN  
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
... Vago — PTB.  
Vivaldo Lima — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PTN.

### Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

#### QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos  
Jefferson de Aguiar — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD.  
Filinto Muller — PSD.  
Guido Mondin — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Daniel Krieger (Relator) — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Heribaldo Vieira — UDN  
Rui Palmeira — UDN.  
... Vago (PTB)  
Barros Carvalho — PTB.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Bezerra Neto — PTB.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Lino de Matos — PN.

### Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

#### APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS

Membros (16) — Partidos  
Jefferson de Aguiar — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Guido Mondin — PSD  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Lopes da Costa — UDN  
João Agripino — UDN  
Eurico Rezende — UDN  
Silvestre Péricles — PTB  
Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Josaphat Marinho — Sem legenda  
Aloysio de Carvalho — PL  
Lino de Matos — PTN

### Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

#### (CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Membros — Partidos  
Jefferson de Aguiar — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Guido Mondin — PSD  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Lopes da Costa — UDN  
João Agripino — UDN  
Eurico Rezende — UDN  
Silvestre Péricles — PTB  
Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Aloysio de Carvalho — PL  
Miguel Couto — PSP  
Caltete Pinheiro — PTN

### Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

#### (OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos  
Jefferson de Aguiar — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Ruy Carneiro — PSD.  
... vaga — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Eurico Rezende — UDN  
João Agripino — Vice-Presidente — UDN  
Daniel Krieger — UDN  
Silvestre Péricles — PTB  
Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Aloysio de Carvalho — PL  
Aurélio Vianna — Relator — PSD

### Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

#### (INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Membros — Partidos  
Jefferson de Aguiar — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
... vaga — PSD  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN  
Menezes Pimentel — PSD  
Eurico Rezende — Relator — UDN  
Silvestre Péricles — Presidente — PTB  
João Agripino — UDN

Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Aloysio de Carvalho — PTB  
Lino de Matos — PTN

### Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
... vaga — PSD  
Menezes Pimentel — Presidente  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN  
Daniel Krieger — UDN  
... vaga — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Mem de Sá — PL  
Miguel Couto — PSP

### Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — Relator — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Benedicto Valladares — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Milton Campos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Josaphat Marinho — UDN  
Daniel Krieger — UDN  
Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN  
... vaga — PTB  
Nogueira da Gama — PTB  
Barros Carvalho — PTB  
Mem de Sá — PL  
Júlio Leite — PR

### Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — Relator — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
... vaga — PSD  
... vaga — PTB  
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB  
... vaga — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Eurico Rezende (23.4.64) — UDN  
Milton Campos — UDN  
Daniel Krieger — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Aloysio de Carvalho — PL

### Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — Presidente — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Benedicto Valladares — PSD  
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD  
... vaga — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
... vaga — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Artur Virgílio — PTN  
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN  
Milton Campos — Relator — UDN  
João Agripino — UDN  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Aloysio de Carvalho — PL

### Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
... vaga — PSD  
... vaga — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
... vaga — PTB  
... vaga — PTB  
Eurico Rezende — Presidente — UDN  
Milton Campos — UDN  
Daniel Krieger — UDN  
Aloysio de Carvalho — PL  
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

### Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
... vaga — PSD  
... vaga — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
... vaga — PTB  
Silvestre Péricles — PTB  
Adalberto Sena — PTB  
Eurico Rezende — UDN  
Milton Campos — UDN  
Aloysio de Carvalho — PL  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
João Agripino — UDN

### Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Vaga — PSD

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.  
Argemiro de Figueiredo — PTB.  
Eurico Rezende — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Daniel Krieger — UDN.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Josaphat Marinho — Sem Legenda.

### Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Ruy Carneiro — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
José Feliciano — PSD — Relator.  
Walfredo Gurgel — PSD.  
Bezerra Neto — PTB.  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Silvestre Péricles — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Eurico Rezende — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Aloysio de Carvalho — UDN.  
Afonso Arinos — UDN.  
Josaphat Marinho — Sem Legenda  
Raul Giuberti — PSP.  
Júlio Leite — PR — Presidente.

### Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.  
José Feliciano — PSD — Vice-Presidente.  
Walfredo Gurgel — PSD.  
Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.  
Bezerra Neto — PTB.  
Silvestre Péricles — PTB.  
Edmundo Levi — PTB.  
Eurico Rezende — UDN.  
Milton Campos — UDN.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Afonso Arinos — UDN.  
Josaphat Marinho — Sem Legenda.  
Júlio Leite — PR.

### Projeto de Emenda à Constituição nº 2/64

(Da nova redação à alínea e, do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.  
Antônio Balbino — PSD.  
Wilson Gonçalves — PSD.  
Ruy Carneiro — PSD.  
Menezes Pimentel — PSD — Presidente.  
Edmundo Levi — PTB.  
Bezerra Neto — PTB — Relator.  
Arthur Virgílio — PTB.  
Oscar Passos — PTB.  
Afonso Arinos — UDN.  
João Agripino — UDN — Vice-Presidente.  
Eurico Rezende — UDN.  
Aloysio de Carvalho — PL.  
Josaphat Marinho — BPI.  
Aurélio Vianna — BPI.  
Aarão Steinhilber — BPI.

### Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65

(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).

Membros — Partidos

José Guimard — PSD  
Lobão da Silveira — PSD  
Victorino Freire — PSD  
Sebastião Archer — PSD  
José Leite — Presidente — PSD  
Jefferson de Aguiar — PSD  
Vasconcellos Torres — PTB  
Mello Braga — Vice-Presidente — PTB  
José Ermirio — PTB  
Antônio Jucá — PTB  
Antônio Carlos — UDN  
Vaga — UDN  
Eurico Rezende — UDN  
Joaquim Parente — UDN  
Aurélio Vianna — PSB  
Josaphat Marinho — Sem Legenda

### Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65

(Da nova redação ao art. 139, I, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD  
Antônio Balbino — PSD  
Wilson Gonçalves — PSD  
Ruy Carneiro — PSD  
Menezes Pimentel — PSD  
Eugênio Barros — PSD  
Edmundo Levi — PTB  
Bezerra Neto — PTB  
Arthur Virgílio — PTB  
Mello Braga — PTB  
Afonso Arinos — UDN  
Heribaldo Vieira — UDN  
Aloysio de Carvalho — UDN  
Irineu Bornhausen — UDN  
Aarão Steinhilber — BPI  
Aurélio Vianna — BPI

## COMISSÃO MISTA

Para o estudo das Mensagens do Poder Executivo referentes à Reforma Administrativa

Criada por iniciativa da Câmara dos Deputados aprovada pelo Senado em 1.12.1963.

Membros (18) — Partidos

Senadores:

Wilson Gonçalves — PSD  
Vaga — PSD  
Siegfredo Pacheco — PSD  
Argemiro de Figueiredo — PTB  
Edmundo Levi — PTB  
Adolpho Franco — UDN  
João Agripino — UDN  
Aurélio Vianna — PSB  
Josaphat Marinho — Sem Legenda

Deputados:

Gustavo Capanema (Presidente) — PSD  
Aderbal Jurema — PSD  
Laerte Vieira — UDN (Substituído pelo Deputado Arnaldo Nogueira)  
Heitor Dias — UDN  
Doutel de Andrade — PTB  
Arnaldo Cerdeira — PSP  
Juarez Távora — PDG  
Ewáldo Pinto — MTR